

O ARDIL DO POLITICISMO: DO BONAPARTISMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUTOCRACIA BURGUESA

Antonio Rago Filho*

Resumo

Este artigo reflete sobre a autocracia burguesa bonapartista, o politicismo e a perspectiva do trabalho em nosso país. Desde a conspiração de 1964, diversas frações do capital atrofico se lançaram ao controle do aparato de poder. Os gestores bonapartistas se polarizaram e as dissensões se manifestaram com a crise do “milagre econômico”. A irrupção das greves operárias pôs em xeque a política do arrocho salarial, fazendo estremecer o mando autocrático. O ardil do politicismo, porém, vingou uma transição pelo alto, desmobilizando a ruptura com a lógica da superexploração da força de trabalho e deixando intocável a reprodução do capital induzido e subordinado.

Palavras-chave

Bonapartismo; gestores do capital atrofico; ardil do politicismo; greves operárias; ditadura militar (1964-85).

Abstract

This article reflects on the Bonapartist autocratic bourgeoisie, the politicization and the perspective of labor in our country. Ever since the conspiracy of 1964, many fractions of the atrophic capital dispute the control of apparatus of power. The Bonapartist managers have polarized themselves and dissensions are disclosed by the crisis of “economic miracle”. The irruption of the blue collar strikes threatens the wage restraining policy, shaking the autocratic power. Yet, the trap of the politicization strikes a transition by the high, demobilizing the rupture with the logics of over exploration of labor, leaving untouched the reproduction of the capital induced and subordinated.

Key-words

Bonapartism, managers of atrophic capital, the trap of politicization, labor strikes, the military dictatorship (1964-85).

Há quem sustente que, em nossos tempos, a história é sempre esquecimento e que o seu reverso é a memória, com suas múltiplas perspectivas distintivas, divergentes e seletivas, na infinidade das possibilidades e desvendamento de significados e sentidos subjetivos, libertos de determinações ontológicas, sem atentar que o contrário do esquecimento não é a memória, mas a verdade concreta.¹ Tal perspectiva não se dá conta de que mesmo nos fragmentos retidos se plasma uma visão do mundo socialmente determinada. Estas abstrações irrazoáveis não se acercam de que os feitos humanos se objetivam em circunstâncias históricas específicas, engendrando modos determinados de vida, dramas e conflitos concretos, que não desaparecem por imaginação ou pura interpretação e tampouco ocultação da vontade e desejo dos dominantes.

Após 40 anos do golpe de Estado de 1964 e quase 20 anos da transição transada, uma das vertentes que tenta se impor é a da memória conservadora do “contragolpe”. No fundo, esta interpretação política não é nada inocente: nasce ideologicamente comprometida com a teleologia dos vencedores que, diante de uma sociedade cindida, propugnaram e atestaram uma única saída oriunda de uma necessidade histórica que visava a refrear a “algaravia” das massas e o “caos e anarquia” implantados pelo governo “populista” de João Goulart (que, de sua parte, intentaria desfechar, de modo golpista, um outro “regime autoritário”). No concernente ao processo de auto-reforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, atribui-se a “conquista da democracia” exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do “milagre econômico” e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar pelas dissensões burguesas. Nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de 70, com as multidões ocupando espaços públicos. Apequenando as possibilidades inscritas na luta contra a ditadura militar, retém-se apenas a ação singular e personalizada que encetou a “distensão democrática” como obra projetada por Geisel e completada por Figueiredo, que inibiram uma possível guerra civil, ao alijar o “núcleo duro” dos militares. Pior ainda: elevando a posição de destaque a triste figura de J. Sarney e a “República dos cruzados”. Com isso, embaralham-se as diferenças históricas entre categorias com posições antagônicas – portanto, com projetos e estratégias que não se equivalem em suas respostas às alternativas concretas postas no evoluir histórico. Anula-se a alternativa da perspectiva do trabalho e, desta forma, mesmo derrotada, deixa inclusive incompreendidas as razões da transição pelo alto, os equívocos da esquerda, os limites dos movimentos

sociais subsumidos ao ardil do politicismo – por conseqüência, dobrando-se ao “determinismo” de uma via de mão única sob a égide dos vencedores: a história sempre se move pelo alto.

O jornalista Elio Gaspari – autor de monumental obra sobre a ditadura militar, que rigorosamente supre as carências de nossa historiografia –, em confluência com as teses de Eliézer Rizzo de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, destriça as peças do jogo político e seus bastidores, concentrando-se no papel específico dos generais Geisel e Golbery na transição democrática. Foca o “sacerdote e o feiticeiro” na montagem e desmontagem do regime militar e também não titubeia em afirmar que, no pré-64, “havia dois golpes em marcha”.² Alguns dos principais jornais do país, em seus editoriais, chegaram mesmo a afirmar a “necessidade” de arrumar a casa, à época, diante das vacilações e fraqueza do presidente constitucionalmente eleito, justificando que os dois lados, os conspiradores e os situacionistas, ambicionavam o mesmo projeto “autoritário”.

O golpe de Estado, em verdade, veio como contrapartida ao que poderia vir a ser uma nova ordem societária que, sob a forma de uma República democrática, colocaria as massas na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais, a começar pela agrária; bem assim, encetaria o processo de nacionalização dos setores estratégicos de nossa economia e o controle da remessa de lucros, que ameaçavam as empresas estrangeiras. Todavia, na visão da direita, o “getulismo de massas”, com Brizola à testa – considerado a principal figura dos movimentos sociais, a extrema-esquerda –, acabaria servindo como porta de entrada para a “escravidão comunista”. Nessa direção, o general Adyr Fiúza de Castro, em sua memória acerca dos eventos históricos daquela época, foi enfático ao afirmar que, “na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma República popular instalada no Brasil”.³

Ainda que tenha nuançado sua visão, J. Gorender já havia alertado que

(...) o período 1960-1964 marca *o ponto mais alto* das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. *O auge da luta de classes*, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.⁴

Em texto mais recente, Caio Navarro de Toledo investe contra a nova revisão histórica que, pondo no mesmo balaio posições antagônicas, culpabiliza os vencidos pela derrota com o discurso dominante do “contragolpe” e da carência de valores democráticos por

parte das esquerdas. Em vez de lutar por reformas estruturais, o recuo tático se daria pelo fortalecimento das instituições democráticas. Em “As falácias do revisionismo”, com seu ardor habitual, Toledo sintetiza as várias versões sobre o golpe de Estado de 1964, do prisma militar como de parte dos “críticos” acadêmicos, pondo a nu o revisionismo que faz desaparecer da história as determinantes concretas daquele período, o confronto entre as classes e as posições antinômicas que as distinguem.

Nesta imputação diluidora que torna indistintas as diferenças sociais, “todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*”. Desta forma, afirma Toledo:

(...) militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado. (...) Não se preocupando em distinguir as motivações e as atuações específicas de cada um dos agentes políticos – nem avaliar os recursos materiais e simbólicos que detinham –, o autor [refere-se ao historiador Marco Antonio Villa] impõe-nos a conclusão de que todos (os militares, a direita civil, setores de esquerda e Goulart) estavam em igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de responsabilidade pela destruição da democracia instituída pela Carta de 1946.⁵

Esta posição diluidora, nada inocente, mascara a atmosfera social deste período. Nesse sentido, há que criticar esta indistinção social, típica da análise formalista e que se situa na ótica liberal-democrática.⁶

A década de 60 assistiu a uma crise econômica, com efervescência social e acirramentos continuados no campo político (que culminaram na implantação de uma dominação bonapartista burguesa). Com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, no calor dos acontecimentos de agosto de 1961, os ministros militares se antepuseram à posse do vice-presidente – que fora eleito democraticamente na dobradinha eleitoral (de partidos rivais) e que se viu impedido de assumir o cargo na primeira tentativa de golpe dos ministros militares. Estes temiam as posições “comunistas” de Jango, sua possível submissão aos dirigentes sindicais, trabalhistas e prestistas e a instauração de uma “República sindical”.

Após a vitória do plebiscito de 1963, que o reconduzia às funções republicanas de alto dirigente da nação, João Goulart, pressionado pela movimentação das massas, do movimento operário e sindical urbano e das agressivas Ligas Camponesas, no campo, a espelhar o caminho cubano, passou a se comprometer com a implementação das reformas estruturais. Estas tinham uma plataforma de extração nacional e popular – se concretizada, poderia abrir um processo efetivo de democratização, com a incorporação de parcelas dos excluídos. Assim, mesmo sem ultrapassar os marcos do metabolismo social

do capital, atingiam diretamente os interesses exclusivistas dos setores da burguesia associada, do latifúndio e, no centro dos embates, alvo principal destas reformas, os do capital imperialista.

Reagindo a esta crescente participação do movimento popular (trabalhadores da cidade e do campo, utilizando-se de greves e ocupações de terra, das manifestações político-culturais dos artistas e estudantes, de reivindicações dos servidores públicos, como os próprios militares), a direita organizou-se e, com isso, recrudesceram suas posições extremistas.⁷ Por esta razão,

Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Formações urbanas do mesmo tipo, como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Heck, um dos ministros de Quadros), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros) – fizeram sua aparição. Enquanto isso os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma “sociedade de estudos” – o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) – que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo.⁸

Numa obra seminal sobre o papel do bloco multinacional e associado na articulação do golpe de Estado de 1964, o uruguaio René Armand Dreifuss examina a intensa preparação por parte de uma “elite orgânica” formada por empresários nacionais, acoplada a dispositivos e organizações (como o Ipes e o Ibad), articulados a oficiais militares expressivos (tais como Golbery do Couto e Silva), e “intelectuais orgânicos” civis (a exemplo do economista Roberto Campos). Este empreendimento, respaldado pela ação político-militar do bloco multinacional e associado, permitiu ao complexo Ipes/Ibad imprimir uma “guerra de posições” sem precedentes, minando a resistência do governo representativo. Segundo Dreifuss, “embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo”.⁹

Nesse quadro, a intervenção norte-americana se punha de prontidão. Com sua estratégia militar em ação, a administração Kennedy (com o assassinato deste, a de Lyndon Johnson) aprofundava a assistência militar às Forças Armadas da América Central e Latina, sob os auspícios dos *war colleges* norte-americanos. O objetivo era que elas se unissem numa “ação cívica” para garantir sua “segurança interna”, num combate sem tréguas à “subversão inspirada pelo castro-comunismo”, a fim de “contribuir para a defesa coletiva de acordo com suas capacidades e promover o desenvolvimento econômico e social”.¹⁰ Em nossa realidade, a Central Intelligence Agency (CIA) agia ora na formação de quadros para

o combate às agitações operárias, camponesas e estudantis, ora no preparo de uma intervenção direta, com sua estrutura bélica e forças militares, caso houvesse insurreição popular, ou mesmo, de modo mais simples, despejando recursos financeiros, sem passar pelas vistas públicas legais, nos cofres dos governadores comprometidos com o combate ao comunismo, “capazes de sustentar a democracia”. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, recebeu, entre 1961 e 1963, cerca de US\$ 71 milhões. Da mesma forma, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) recebia créditos (mediados, inclusive, pela embaixada dos Estados Unidos), com os quais apoiava candidatos para formar uma base parlamentar de direita, agrupada na Ação Democrática Parlamentar (ADP).

A direita começava, assim, a pôr as cartas na mesa. Aproveitando-se dos temores das camadas médias da população (insatisfeitas com a lei do inquilinato, com a alta do custo de vida, que afetava o seu próprio cotidiano, e temerosas em face da multiplicação das greves), reagia. Estimulava-as pela maciça disseminação, via mídia, da denúncia da anarquia, caos e desgoverno do país e, especialmente, pelo martelar sistemático da “ameaça comunista” num horizonte próximo. Diante disto, as classes dominantes passaram a proclamar a urgência de uma intervenção militar – ou, como propugnava Carlos Lacerda, uma “intervenção cirúrgica” sob a forma de “ditadura provisória”. Outro componente do “partido da ordem”, a Igreja católica, por meio, do “Terço em Família”, buscava congregar em todas as cidades reuniões particulares com os seus rebanhos, para deter o avanço dos comunistas no país. As camadas médias, com o desespero à flor da pele diante da rebeldia popular e do “perigo vermelho”, saíram às ruas em apoio às “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”, repudiando o governo Jango.

Desse modo, o golpe de Estado de 1964 alinhou todas as frações do capital atrofico e segmentos médios que temiam a ameaça comunista, a explosão popular, o movimento operário-sindical, a quebra da disciplina e hierarquia militar e a falta de comando do presidente da República, João Goulart. Esta comunidade de proprietários e defensores da ordem – com seus dispositivos e instituições, a Igreja e o Exército, “verdadeiros partidos da ordem”, a pleno vapor –, amparada pelo imperialismo norte-americano, disseminara a ideologia do anticomunismo e, nos conflitos e disputas da *guerra fria*, o risco de o país cair nas malhas do “comunismo soviético” (haja vista a Revolução Cubana, tão vívida e tão próxima). Por esta razão, o temor explicitado: se o Brasil passasse por uma revolução, toda a América Latina o acompanharia. Numa sociedade cindida, a resposta veio com a fragmentação e a desesperação social. Não houve luta organizada. Mais tarde, a resistência se pôs como “violência retardada”. Nos termos de Gorender:

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.¹¹

Em 1968, houve tentativas de reorganização dos estudantes e de setores radicalizados de esquerda, mas as classes subalternizadas eram incapazes de resistência organizada para uma polarização radical da perspectiva do trabalho. As facções bonapartistas (ambicionando a ampliação do controle social sobre a sociedade civil, em especial a resistência armada), com o *golpe dentro do golpe*, desnudaram por inteiro a propalada “restauração democrática”. Os gestores do capital atrofico escancararam as medidas ditatoriais: baixou-se o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Ao justificar a violência do *terror oficial*, as concepções cínicas do coronel Jarbas Passarinho não deixam dúvida alguma quanto à sua necessidade:

Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo. Se, em março de 1964, o detonador da *Contra-Revolução* foi a preocupação com a bazófia de Leonel Brizola, o *receio das reformas de base*, o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio, agora, quatro anos passados, o enfrentamento era mais claro. Era essencialmente ideológico. A expansão do comunismo internacional, no ápice da guerra fria, elegera o Brasil como objetivo altamente prioritário. Os Estados Unidos, já com a pedra no sapato a 90 milhas de seu território, sabiam que “para onde o Brasil se inclinasse, a América do Sul se inclinaria”. O trágico destino de Guevara, na Bolívia, reforçava a importância do Brasil, na ótica revolucionária.¹²

Com o AI-5, o bonapartismo se intensificou, refazendo sua estrutura jurídica para efetivar atos políticos repressivos, inibindo as ações do judiciário e do legislativo, impondo o recesso parlamentar, fechando Assembléias, demitindo, removendo, aposentando, intervindo em várias organizações de classe. O Executivo se fortalecia com o poder de legislar em todas as matérias e intervir nos estados e municípios “sem as limitações previstas na Constituição”. Suspendia os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, assim como cassava mandatos eletivos em qualquer esfera da federação. No artigo 5º, que tratava da suspensão dos direitos políticos, retirava os privilégios forais e atingia duramente os sindicatos, suspendendo o direito de votar e de ser votado quando das eleições sindicais. Além de o presidente instrumentalizar o estado de sítio e possíveis prerrogações, suspendia o *habeas corpus*, “nos casos de crimes políticos, contra a segu-

rança nacional, a ordem econômica e a economia popular”. Atingia plenamente os direitos individuais, introduzindo a “liberdade vigiada”, controlando possíveis encontros políticos, proibindo a utilização de *certos* lugares e domicílios.¹³

É interessante observar que a historiografia presa à *Analítica Paulista*,¹⁴ mesmo não se valendo da categoria de bonapartismo, reconheceu traços do novo regime próximos a ela, como

(...) o reforçamento do Executivo, previsto pelo projeto político governamental, modificando o modo de funcionamento da Casa Militar e da Casa Civil da Presidência da República, aumentando o controle do Conselho de Segurança Nacional e, dentro dele, da Secretaria-Geral, criando o Serviço Nacional de Informações, estabelecendo setores de Segurança Nacional nos Ministérios e autarquias, em suma, ligando mais e mais os órgãos de planejamento e controle do Executivo aos das Forças Armadas e especialmente ao Estado-Maior. Passaram também a sustentar políticas com objetivo de controlar certas áreas econômicas e de manter o crescimento econômico.¹⁵

Engels, de certo modo, fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês, ao escrever que “o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna”.¹⁶ Numa reflexão sobre a atualização do bonapartismo, Domenico Losurdo aponta o fenômeno da militarização como “resultado dos explosivos conflitos políticos e sociais internos”. E, numa recorrência à crítica de Marx, registra a configuração necessária da passagem da “ditadura burguesa mediante a espada” para uma “ditadura da espada sobre a sociedade civil”, especificando que esta forma de terrorismo explícito com “o aparelho militar desenvolvido pela burguesia em função antioperária termina por engolir a sociedade no seu conjunto e a própria classe dominante”.¹⁷ A determinação marxiana não deixa margens para dúvida, uma vez que o Executivo guindava ou fechava o Parlamento e, com isto, “Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores”. Mais ainda: esta força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil pode ser considerada a “última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros”. Sendo assim, “a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores”. Como reserva de poder, recurso alternativo aos conflitos de classe que se constitui em “uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última”.¹⁸ Se isto corresponde à lógica histórica, “Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores”.¹⁹ Em nossa

particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capital.

Os novos demiurgos da nação

Por certo, em nossos tempos perversos e obscuros, as representações ideológicas se acham inteiramente invertidas com relação às objetivações práticas das categorias sociais dominantes. Ditaduras do capital se autoproclamam autênticas democracias, contra-revoluções alardeiam-se como revolucionárias, invasões estrangeiras se lançam em ações emancipadoras de povos escravizados, os novos fundamentalismos se põem em nome da verdadeira liberdade.²⁰

Após a consolidação do golpe de Estado de 1964, os novos demiurgos prometerem à nação a “felicidade social”, com a erradicação das mazelas sociais do nosso subdesenvolvimento, abolindo por decreto e repressão qualquer “sinal de comunismo”. Os gestores do capital atrofico acreditaram que, dotados de uma *doutrina de segurança nacional*, poderiam controlar pelo alto a sociedade civil e, assim, a nossa própria história. Todavia, ao cabo da auto-reforma da autocracia burguesa (balizada por seu projeto de “distensão democrática”, lenta, gradual e segura, segundo os cânones autocráticos), legaram-nos uma crise social oriunda das contradições da própria forma particular de organização da produção. Esta, assentada na superexploração da força de trabalho, conduziu a vida dos trabalhadores a um cotidiano perverso e penoso.

No plano da idealidade, há que ter claro que até em sua razão manipulatória a nossa burguesia expressa o seu caráter particular limitado, em conformidade com sua gênese histórica, despossuída de elementos revolucionários ingênitos (dada a sua incompletude de classe, ela antevê as benesses da acumulação ampliada realizada de modo associado e subordinado, sem a participação das massas nos processos políticos decisórios). Em suas teses sobre as diferenças históricas entre categorias sociais dominantes das vias clássicas e não-clássicas de objetivação do capital, Chasin ressalta:

Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado.²¹

Assim que tomaram de assalto o poder, os gestores do capital atrofico se apresentaram com uma roupagem inteiramente invertida. Chegaram mesmo a se glorificar como demiurgos da nação e sinalizaram a restauração da democracia. Malbaratavam o que praticavam, como estratégia bonapartista, censurando a imprensa e os livros pelo uso da palavra “ditadura” e pela veiculação de seus atos espúrios. Vigiando o teatro e o cinema, esmagavam a cultura nacional, mas prometiam, com sua inteligência manipuladora, a retomada da “democracia”. Duas facções militares se digladiaram para se apossar do aparato estatal.²² A *Sorbonne*, que se identificava com o *castelismo*, suas concepções e estratégias diretamente extraídas da Escola Superior de Guerra, ao mesmo tempo em que tratava de negar a existência da ditadura militar, alegava a necessidade de, num futuro próximo, abrir uma transição pelo alto, com o “aperfeiçoamento das instituições democráticas”. Os *sorbonnards* anunciavam, com isto, a passagem da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa, visando à conservação dos instrumentos e dispositivos que permitissem a dominação dos proprietários. Pleiteava-se uma “democracia tutelada”, a fim de garantir a preservação do apêndice militar e tornar intangível a plataforma econômica do capital associado (baseada na superexploração da força de trabalho) e o possível ajuste de contas com os atos de selvageria e barbárie do terrorismo oficial. O elemento decisivo que efetivamente unia esta facção à dos duristas era o anticomunismo, a meta de extermínio da esquerda armada e a defesa da ordem societária centrada na propriedade privada.

Um dos nódulos ideológicos inscritos na visão conservadora da burguesia e disseminada intensivamente pelos gestores autocráticos, durante esse período, consagra a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas caberia um papel intrinsecamente menor e subordinado – assim, elas seriam sempre passíveis de manipulação e orientação em suas escolhas políticas, certamente decididas e articuladas pelas “elites dirigentes”. Anulam-se, com isso, todas as iniciativas, as capacidades e potencialidades advindas das massas populares; estas somente poderiam vir a ser instrumentalizadas – seja pelo “comunismo” seja pelo “populismo”, identificado ao “nacionalismo exacerbado” e até ao “getulismo de massa” – pela presença de líderes e tendências ideológicas, com seus projetos políticos “próprios”, sempre em oposição à índole nacional, graças ao carisma e ambição pessoais. Seguiu-se, pois, antiga tradição das classes dominantes em nosso país, de natureza autocrática, segundo a qual caberia à “classe dirigente”, pensada como uma pequena “elite orgânica”, a “missão civilizadora” em sincronia com a destinação mais apropriada aos valores e tradições do povo brasileiro. No que concerne aos proprietários, em que pese a defesa do princípio regente da propriedade privada na ordem social, o bonapartismo reser-

vava um lugar próprio, pois protegia e desenvolvia seus negócios, mas também colocava certa resistência ao seu comportamento político, considerando seus interesses amesquinados e corporativistas.²³

A tutela militar respondia, dessa maneira, ao nosso *presente histórico*, mas também ao *futuro* de nossa vida nacional. Os militares acreditaram piamente que pudessem ter o controle pelo alto da sociabilidade do capital. Na suposição de harmonizar os conflitos de classe, a prepotência não era baseada apenas na força militar, mas presumia deter os caminhos de nossa vocação, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil-potência*.²⁴

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelo empréstimo dos recursos tecnológicos e capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital financeiro internacional, *meio*, apenas, para a autonomização nacional. No contexto da *interdependência* e do *alinhamento* com as forças do Ocidente contra o expansionismo do comunismo soviético, com o golpe de Estado e a ruptura da linha democrática, os proprietários impunham o bonapartismo como a verdadeira religião da burguesia, instituindo e institucionalizando as “leis revolucionárias” – violência, arbítrio, terrorismo aberto – contra os “inimigos internos”, particularmente os comunistas e os setores organizados da classe trabalhadora. Os limites e as ilusões dos gestores do capital atrofico estavam, portanto, na teleologia absurda, aberrante, mas socialmente determinada, de supor o controle pelo alto da lógica do capital. Uma função estatal que, no fundo, estava reservada a propiciar as condições para a autoexpansão do capital sem resolver as mazelas sociais da modernização excludente. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo, que não levava em conta os percalços da subordinação e atrofia estrutural, à base da colaboração entre as classes sociais, visando a realizar as necessidades dos possuidores, regrada e controlada pela autocracia bonapartista. Um projeto nacional que implicava a *instrumentalização* dos capitais externos, sem se dar conta de que o inverso é que se efetivaria, acentuando-se a nossa subordinação estrutural e atrofiando-se cada vez mais intensamente a produção nacional, devido à própria internacionalização, como *subsistema econômico* do universo do capital. Todavia, não havia outra saída. Na pobreza, segundo a visão golberiana, os rumos pertencem ao comunismo.

O elemento-chave da vertente castelista era a imagem de uma potência moderna, ao feito das nações do Ocidente, o que não se alinhava com o credo ditatorial sem limites da “revolução permanente” dos duristas. O castelismo antevia o momento do trânsito sem perder os traços do autocratismo. No andar da carruagem, com as rédeas passando para as mãos dos duristas, as intenções do medicismo sempre foram explicitadas com a consciência de suas conseqüências desumanas. Segundo o general Médiçi, “Não me poderia, dian-

te disso, trabalhar o espírito preocupação maior que a de instaurar entre nós *ordem social*, onde *todo o interesse legítimo seja devidamente tutelado*". Ora, o terrorismo oficial comprovava precisamente as intenções da "guerra suja": a exclusão física do outro. O assassinato político! Em nome do *bem comum* se fez a "violência edificante", a barbárie. Na "guerra revolucionária" todas as armas são válidas. Daí, assegura Médici,

(...) tive uma conversa com o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e perguntei: "Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos". Não há dúvida de que era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país.²⁵

O problema residia em definir essa *tutelage armada e repressiva* sempre em sintonia com as "aspirações do povo", a sua índole "passiva", como sendo uma "democracia brasileira". Isto porque

(...) a democracia, como forma de convivência política, não constitui categoria lógica, imutável no tempo e no espaço, porém conceito histórico, *sujeito às revisões impostas pela conveniência social*. Como o homem, em suma, não foi feito para a democracia, mas a democracia é que foi feita para o homem, nada mais natural que a democracia brasileira se afeiçoe às exigências de nossas condições sociais e não às de sociedades alienígenas, notadamente quando é certo que alguns dos regimes aí vigorantes nem sempre viveram em odor de santidade.²⁶

Segundo o general Geisel, "No caso, havia um confronto ideológico, uma luta civil, na realidade uma guerra civil, embora de reduzidas proporções, mas abrangendo praticamente todo o território nacional". Com isso, no combate às guerrilhas, "era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão; se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou". Nessa direção, a violência "revolucionária" torna-se legítima e necessária: "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. (...) Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!"²⁷

O problema era detectado e sua estratégia residia na erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçassem o poder autocrático-burguês, uma vez que, com um afrouxamento e tolerância em sua vigilância e controle, com a guarda rebaixada, "os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la",²⁸ como se expressava Ernesto Geisel.

Em suma, os novos demiurgos da construção nacional, os militares e o “sistema” acreditavam ter os poderes de controle não só da modernização econômica (pela ação estatal), mas, sobretudo, da movimentação das classes subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os “ideais revolucionários”, da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística. Aqueles ideais nada possuíam de “revolucionário”, ao contrário, eram rigorosamente reacionários e, sobretudo, supunham controlar os rumos da nação alçando-a à condição de país soberano e desenvolvido. Este acabamento seria buscado por meio de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. Como ironizou Oliveiros Ferreira, o sonho golberiano contemplava a plenitude do *primeiro mundo*, o sonho de *grande potência* – o Brasil suposto como umbigo do mundo.²⁹

A tragédia do destino histórico da classe dos proprietários em nosso país é o que tipifica a nossa modernização excludente e sua irmã siamesa, a violência estrutural. Com os desdobramentos das determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, consubstanciou um tipo de capital atrofico, subordinado e induzido de fora, cuja lógica concreta configura o exercício do poder sob o molde do *autocratismo burguês*, reproduzindo permanentemente a sua condição de subalternidade. Traduzindo esta lógica perversa, numa expressão consistente, Darcy Ribeiro escreveu que o Brasil é uma espécie de “usina de moer carne humana”. As classes dominantes, no fundo, com a viseira de seus interesses particularistas e exclusivistas, resistem às transformações sociais que possam elevar as condições materiais e espirituais das categorias subalternas.³⁰ Situando a função histórica da exploração de nossa força de trabalho no contexto da subordinação estrutural, Darcy Ribeiro torna cristalina a particularidade de nossa modernização na divisão internacional do trabalho, um metabolismo social do capital que, sugando os esforços nacionais, aprofunda a desigualdade social e com sua modernização reflexa cria

(...) *um proletariado externo atípico com respeito aos protagonistas históricos*, (...) porque não possui uma cultura original e porque *sua própria classe dirigente é o agente de sua dominação externa*. (...) Por conseqüência, a economia brasileira, que sempre viveu faminta de mão-de-obra, tendo que importar grande parte de sua força de trabalho, hoje vê sua população tornar-se excedente das necessidades da produção. É o trabalhador brasileiro que se torna obsoleto como uma força descartável dentro da economia nacional.³¹

A via colonial desconhece processos instauradores que pudessem estruturar sólido regime democrático-burguês. Nasce, desse modo, uma categoria social atrelada ao capital cuja potência auto-reprodutiva é extremamente restringida, uma burguesia incapaz de exer-

cer sua hegemonia e, com isso, incorporar e representar efetivamente os interesses das demais categorias sociais numa dinâmica própria. Enquanto o capital concluso pode contemplar, em sua autonomia estrutural, amplas parcelas das categorias subalternas (elevando-as no plano das condições materiais de vida), nas formas do capital inconcluso, as formações típicas da via colonial de objetivação capitalista, em face de seu retardo histórico, antepõem de modo excludente, permanentemente, evoluer nacional e progresso social. É graças a esta determinação histórica, a sua *incompletude de classe*, que se constitui o *capital atrofico e subordinado*, com suas características egoística e exclusivista.³²

Alijado o movimento operário e sindical, assim como suas expressões políticas, principais obstáculos às suas diretrizes econômicas, a ditadura bonapartista pretendeu “acelerar” a modernização da estrutura social e econômica pela implantação de reformas necessárias, como institucionalizar o mecanismo de planejamento e reformular o sistema de elaboração, assim como executar o orçamento através de uma reforma administrativa.³³

O ressurgimento do movimento operário

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais da década de 70 e princípios da seguinte, na região paulista do ABC, valendo-se da arma da greve, ato que *por si* mesmo se convertia numa *vitória*, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo. Isto porque se transformava na imediatividade em arma política, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada – a política salarial, a superexploração da força de trabalho. Com este ato prático, transgredia os marcos da estrutura jurídico-política repressiva da autocracia burguesa. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição (em especial, a parlamentar e a “eurocomunista”), ganhava conteúdos concretos. Mais ainda: a movimentação do novo agente social transformava-se em parâmetro para outras categorias do trabalho e o recurso da greve se alastrava a vários rincões do país.

Desde o maio de 1978, na Saab-Scania, o ressurgimento e a criatividade das greves operárias demonstrada pelo movimento espontâneo – *não espontaneísta* – ludibriava a própria segurança interna das fábricas e a repressão do autocratismo burguês. A classe trabalhadora ali, no pé da máquina, cruzava os braços e estancava a produção. Como reprimir homens e mulheres que entraram silenciosamente e se dispuseram a marcar o ponto e não pôr em movimentação a maquinaria com suas capacidades subjetivas humanas. Esta retomada não surgiu do vazio, pois o próprio Sindicato dos Metalúrgicos já denunciava a fórmula do arrocho salarial e, mais ainda, a falsificação dos índices que aprofundavam a corrosão dos salários em 34,1% (fraude atestada pelo Bird e revelada pelo jornalista Paulo

Francis e pelo parlamentar Eduardo Suplicy). A classe operária se utilizava, nesse processo, de várias formas organizativas de mobilização e conscientização, como grupo de comando, comissões de fábrica, produção de panfletos, contatos interfábricas; daí, um passo adiante, a multiplicação das greves por fábricas.

O líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, na assembléia multitudinária de 27 de março de 1979 (no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo), ao responder às negativas do patronato com a adesão plena de sua base, exprimiu um sentimento vivo que pulsava nas manifestações: “Que essa greve sirva de demonstração para os patrões nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores”.³⁴ A classe operária desta região apregoava de modo vibrante e a todos os cantos que era preciso muita coragem e ousadia para prosseguir na luta. Os dirigentes sindicais não se intimidavam com as ameaças e interditos: assumiam corajosamente todos os riscos. Sabiam que os empregos estavam ameaçados, sabiam da fome que cercava suas famílias, sabiam dos tormentos que os esperavam. Ousaram destemidamente, dentro de seus limites. “Só tem um jeito de a gente perder esta luta: é voltar ao trabalho de cabeça baixa”.³⁵

Há que recordar que, na história do movimento operário, há poucos casos em que um setor da classe operária, os metalúrgicos, pôde reunir mais de cem mil trabalhadores numa assembléia sindical. A demonstração cabal desta capacidade de luta seria uma constante nas greves metalúrgicas que irromperam contra a miserável condição a que estava relegada a classe operária por conta da exploração de suas energias vitais e do baixo padrão de vida material. A coerção do capital sobre o trabalho se impunha consoante a lógica perversa da reprodução ampliada, vampirização a consumir a apropriação dual da mais-valia pelos capitais internacionais e por seus parceiros nacionais.

O ponto decisivo a ser registrado reside na circunstância em que as greves reemergiram: irromperam no bojo da crise do “milagre econômico brasileiro” e, por sua efetivação concreta, batiam de frente com o pilar fundante da política econômica da ditadura, bem assim, com os limites estabelecidos pelo domínio autocrático dos proprietários e ancorados numa legislação repressiva; desse modo, o simples pôr-se em marcha as fazia greves imediatamente políticas.³⁶ A reação dos possuidores foi imediata, buscando inibir e cercear o alargamento das greves e de possíveis conquistas da classe operária, com o reforço da vigilância e policiamento interno nas fábricas à cata de lideranças, as inevitáveis demissões e açoitamentos, como panfletos de intimidação a quem aderisse novas agitações e paralisações.

Ora, precisamente, como um presente à posse do general João Baptista Figueiredo – o militar que declarava “fazer a democracia” mesmo prendendo e arrebatando quem o con-

trariasse³⁷ –, a fim de consumir o trânsito pelo alto, mais uma vez, no dia 13 de março de 1979, o movimento operário-sindical se manifestava, irradiando o processo grevista pelas principais fábricas do ABC e criando comissões salariais articuladas com as direções sindicais (que acabaram por imprimir a prática cotidiana de assembléias plebiscitárias com milhares de trabalhadores).

Nessa movimentação da resistência operária, assistia-se à passagem da reemergência para a afirmação do operariado, “consubstanciando um salto qualitativo: o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior, de maio de 78, para a fase do movimento democrático de massas propriamente dito”.³⁸ Se, de um lado, o movimento liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos revelava enorme capacidade de liderança e articulação – com a combatividade extraída de suas bases, com a consulta e deliberação democráticas, com o estímulo à criação e organização de comissões de fábricas –, de outro, o refluxo do movimento sindical (com a prisão de suas principais lideranças e em que pese a resistência redobrada) não conseguiu o alargamento social e político das greves. Uma das debilidades do movimento grevista foi a de não buscar a unificação dos vários setores do trabalho que tinham em comum a superexploração e degradação de suas condições de vida. Com o refluxo, a ofensividade do capital pôde desarticular uma possível equação programática que apontasse para a raiz das mazelas sociais. Por esta razão, “a transição consistiu na auto-reforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento – a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação”.³⁹

Se acertada a visão das lideranças sindicais (segundo a qual as agremiações políticas de esquerda estavam distanciadas das massas), a necessidade de uma ferramenta política era vital para os trabalhadores fazerem valer suas reivindicações e mudarem o regime político e, numa movimentação de massa, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho. De outra parte, este historicamente novo se apresentava como “um novo com traços problemáticos”. Haja vista que a “nova esquerda”, ao se diferenciar do stalinismo e da rejeição dos caminhos da “burocracia soviética”, acabou por soterrar a necessidade do pensamento crítico-revolucionário e o *télos* da emancipação humana, renunciando, com isso, ao combate pela “independência ideológica” e à perspectiva de alternativa de uma equação econômica que, unificando os vários setores do trabalho, pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímoda do trabalho. Sem isto, brotou e se reproduziu um arsenal de “mitos ideológicos”. Esquecia-se, no que tange à luta pela democracia formal e à constituinte, que, na síntese chasiniana, “a democracia real é a verdade da constituinte, e que a constituinte não é a verdade da democracia real”. O sintoma mais evidente disso pode ser detectado na percep-

ção atual de que, com todos os avanços da democracia política, os contingentes eleitorais se ampliando numericamente a cada eleição consumada, a possibilidade de um operário presidir a República, a *democracia social* ainda não foi alcançada.

É sabido que os arautos da política econômica da autocracia burguesa deram forma a uma fórmula efetivamente *mágica* para o capital, a fórmula do arrocho salarial:⁴⁰ quanto mais se intensificavam ritmo e prolongamento da jornada de trabalho e os mecanismos de exploração, o reajuste salarial imprimia um menor percebimento da parte dos trabalhadores. Em sua política salarial – viga mestra da economia política –, os índices eram fixados *anualmente* pelo próprio governo e não se concediam aumentos salariais; com uma *matemática perfeita*, chegava-se ao absurdo: quanto mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice dos reajustes salariais, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais, quando irromperam, dirigiram-se permanentemente contra esta forma de exploração, além de romper na prática com o cerceamento das “leis revolucionárias” à própria atuação de classe, na busca da *recomposição salarial*, ano após ano.

Além da preservação dos interesses dos grandes proprietários rurais, a organização produtiva se centrou no departamento produtor de bens de consumo duráveis, de propriedade do capital estrangeiro, para o consumo de parcelas favorecidas das camadas médias. A recorrência aos empréstimos e capitais produtivos de origem estrangeira se deu num quadro favorável de alta liquidez, de estabilidade política (pelo controle coercitivo do capital sobre o trabalho), da militarização das instituições, que proporcionava alta concentração de renda e, no plano de fundo, a apropriação dual da mais-valia, por meio da política salarial arrochante. De outra parte, com o lema “exportar é a solução”, visava a atender aos setores exportadores, através de bens competitivos a serem oferecidos no mercado internacional. “Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição da riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras”. Sendo assim disposta, o equívoco central das oposições residia no fato de não atentar para esta determinação, teimando com seu “distributivismo”, uma distribuição melhor e mais justa, sem mexer na plataforma econômica da ditadura. O ocaso do “milagre econômico brasileiro” se revelou um processo autofágico, precisamente, porque em sua raiz não poderia atender às necessidades vitais das massas trabalhadoras e da maioria dos indivíduos que integravam o país e, por sua própria lógica específica, estanca-va-se em sua própria engrenagem.⁴¹

O ardil do politicismo

A reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder têm sido freqüentemente uma visitação ao *aperfeiçoamento* destas formas, visando a corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das *taras sociais*: o sociometabolismo do capital. Há que reconhecer, no entanto, que “por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade”.⁴² A política, em seu traço essencial, é intrínseca à forma de sociabilidade do capital, uma vez que deita suas raízes na própria vida cotidiana, “onde tudo está impregnado de seu contrário”. Além disso, em quaisquer de suas particularidades, é “sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens”. Nesse sentido, “é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas”. A política emerge em sua dimensão histórica como *força social pervertida e usurpada*. Dada sua negatividade na esfera social, a politicidade se assenta numa “sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado”; trata-se da “política como autodeterminação na forma da alienação”.⁴³

O ardil do politicismo surge, nesta situação, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura, deixando intocável a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho.

Uma das características da *Analítica Paulista* reside no artifício de priorizar a esfera da política, seccionando-a da econômica, com o que anula o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital.⁴⁴ Na posição politicista, que separa arbitrariamente o social do econômico, acaba por dissociar “o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política).”⁴⁵ Além disso, “o politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas.

Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais (...). Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal”.⁴⁶

Desde o esgotamento do “milagre”, em meados de 1973, as frações da classe dominante começaram a desnudar-se perante os “novos demiurgos”. Da mesma forma que em seus pronunciamentos de 1982, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país a uma situação incontrolável, em que *a própria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada*. Os bons lucros poderiam até não ser os mesmos, mas agora a perspectiva era a de *perdas crescentes*. Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, apoiando a “ditadura da espada sobre a sociedade civil”, os empresários – não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo –, passaram a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!* Necessidade histórica que vislumbrava uma alternativa à fórmula bonapartista, segundo a qual as frações descontentes retiravam o apoio ao terrorismo oficial explícito – ainda que a mudança de forma não modificasse o traço autocrático. Nesse sentido:

Perecidos estavam os fundamentos do *bonapartismo*, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: *economicamente*, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação – nada mais do que a “inchação modernizadora” do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; *politicamente*, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.⁴⁷

Há que especificar que uma das características essenciais da reprodução da dominação do capital atrofico em nossa formação histórica acha-se no fenômeno do politicismo. Esta é intrínseca à natureza dos – e estratégia utilizada de modo consciente pelos – proprietários nacionais, a fim de barrar qualquer possibilidade que modifique a lógica particular da organização produtiva angulada sob interesses amesquinçados, exclusivistas e particularistas (e, por esta razão, montada sobre o pilar da superexploração da força de trabalho, o que implica a exclusão dos contingentes majoritários da sociedade na apropriação dos frutos de seu próprio trabalho). Com isso, à margem das fontes da vida, da natureza e dos meios de produção e, em sua substância social, da riqueza genérica que ela mesma cria, a classe trabalhadora se vê tolhida na elevação de sua própria condição material,

afastando-se da produção genérica de si própria. Decerto, do ângulo da economia política, não basta reconhecer positivamente a centralidade do trabalho como “essência subjetiva da propriedade privada”. Tampouco constatar que, contraditoriamente, nesta relação, sobra “nada ao trabalho e tudo à propriedade privada”. Segundo a posição ontológica de Marx: “nós nos damos conta de que esta aparente contradição é, na realidade, a contradição do trabalho *estranhado* consigo mesmo e de que a economia política se limita a enunciar as leis do trabalho estranhado”.⁴⁸

Em nosso caso, abole-se idealmente esta “essência subjetiva” e se firma a crença de que o capital *gera* o trabalho. Obnubiladas as condições de produção e reprodução da vida material, coisificando e naturalizando esta dimensão essencial do cotidiano (e, nela, a superexploração da força de trabalho em todas as suas conseqüências), as oposições – desprovidas de uma programática da perspectiva do trabalho capaz de desmontar as mazes da forma particular da organização produtiva – acabaram por se afinar ideologicamente ao cronograma militar que nossos *sorbonnards* intentavam. Estes propugnavam uma *transição pelo alto*, sob a constante tecla do “aperfeiçoamento das instituições”, da “restauração democrática”, com o que permanecia intangível a esfera econômica e, ao mesmo tempo, conclamavam a oposição para o seu próprio campo e a desarmavam, dirigindo-a para a política da “distensão democrática”, lenta, gradual e segura.

A produção teórica que se concentra em desvendar a teleologia e os passos políticos da “distensão democrática” levada a cabo pelos castelistas se nutre do *télos* politicista da auto-reforma da autocracia bonapartista para reafirmar a impropriedade de qualquer alternativa que pudesse desarmar a engrenagem dos aparatos de repressão. Tal tarefa implicava somente uma saída: a resolução pelos próprios militares, sem a participação das massas. Segundo essa vertente, o equívoco das esquerdas decorreu do fato de que, para elas, a derrubada do regime teria de ser radical, não se reconhecendo na “distensão democrática” do general Geisel uma “autêntica” ruptura com o “autoritarismo”. Se elas “acertavam” ao não identificar a *transição* como corte radical nem instauração plena da democracia,

(...) equivocaram-se, contudo, ao conceber a implantação do regime democrático sem algum tipo de transição temporal e ainda no tocante à natureza e aos mecanismos do regime autoritário. A insuficiência política e teórica de sua posição estava, portanto, fundada em não indagar-se sobre o valor da obra política do presidente Geisel.⁴⁹

Sendo assim, nessa visão politicista, o general Geisel teve de enfrentar os seus próprios pares – a *linha-dura* – e, mais ainda, à esquerda, a oposição parlamentar agrupada no MDB. Esta, não reconhecendo a grandeza histórica do militar-presidente e o valor e magni-

tude do *projeto de distensão*, teria adotado uma política equivocada, de “orientação maximalista”, ou seja, de derrubar integralmente a ditadura. Desse modo, com o “maximalismo” inoperante do MDB,

(...) o partido de oposição colaborou certamente para estreitar a margem de manobra do governo com relação aos seus adversários militares localizados à sua direita, deixando ao presidente a única alternativa de entendimento com a extrema-direita militar nos termos que esta lhe impunha: restringir o processo de distensão política. Caso contrário, estes setores militares promoveriam a desestabilização do frágil equilíbrio institucional.⁵⁰

Somente agora, a distância, a esquerda pode compreender o valor e a missão história do projeto de “distensão democrática”, pois, em nosso país,

Geisel não tem reconhecido o seu mérito no tocante à autoria e à condução de uma obra significativa, um processo de transformação política de alto risco que acabou por combinar concessão do regime para preservar a autonomia militar, conquista dos direitos democráticos pela sociedade civil, transição lentíssima, conservação e mudança no plano social.⁵¹

Com a *auto-reforma* encaminhada, uma vez anulada a resistência armada, no campo da social-democracia se buscava estabelecer uma concepção de democracia como valor universal, independente das classes sociais. Nela o *dissenso* seria reconhecido, juntamente com os interesses partidários, e o Parlamento apareceria como o espaço em que as razões individuais buscariam o *consenso* na forma da lei, no andamento de acordo com as regras do jogo. Sem alternativa revolucionária no horizonte, Fernando Henrique Cardoso inferia que:

Temos de acabar com a ideologia do “inimigo interno” à moda antiga, porque é com base nela que se tenta justificar a intervenção. Não há nenhuma agitação extraordinária hoje no Brasil. Pelo contrário, o que me espanta é a falta de tenacidade na pugna social em nosso país. Não digo que na época da guerrilha não existisse esse inimigo interno, pois não sou pessoa de esconder a realidade com palavras. Mas hoje não existe mais. Quem fala em setores incendiários das esquerdas está inventando inimigos. Não há hoje no Brasil nenhum setor das esquerdas que pregue outra coisa senão o voto. Todos estão de acordo com a necessidade de eleições e de uma nova Constituição.⁵²

Às vésperas do golpe de 1964, colado à lógica da realidade, Caio Prado Jr. indagava se os dirigentes comunistas tinham consciência do que estava prestes a ocorrer. Desmistificava as ilusões prestistas, segundo as quais nunca o Partido estivera tão influente e organizado, e anunciava com veemência o golpe às escâncaras. Ainda que manifestasse simpatia em relação às manifestações populares e à plataforma reformista, criticava o oportunismo

pecebista, que se considerava representado e influente no poder janguista e, em que pese certo controle de setores do movimento sindical, denunciava sua inconsistência, caracterizado “por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular”. O historiador reclamava, com justeza, a ausência de um corpo teórico revolucionário para que a esquerda compreendesse o terreno minado em que atuava e o programa completamente descolado da particularidade histórica brasileira.

Realmente, na ausência de tal teoria, e incapacitadas por isso de conduzirem, na complexidade dos fatos reais que não se ajustam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias.⁵³

Há que reconhecer como virtude do politicismo burguês – freio e protetor de sua estreiteza econômica – o desfibramento de uma oposição conseqüente ancorada numa alternativa econômica da perspectiva da lógica onímota do trabalho. Assim, em 1989, depois de quase 30 anos sem eleições diretas, as oposições se apresentavam divididas e sem uma alternativa econômica. Sua tibieza teórica fez que, na primeira eleição para presidente da República, na ausência de posição de esquerda, a vitória de um autêntico demagogo e oportunista pusesse definitivamente abaixo a possibilidade da atadura dos fios rompidos de um desenvolvimento nacional com progresso social. Em dezembro de 1989, logo após a derrota para o aventureiro, Darcy Ribeiro foi lacônico: “Talvez tenha sido a nossa última oportunidade histórica!”. As diversas frações da perspectiva do capital atrofico se apresentaram, mais uma vez, impotentes e clivadas em interesses mesquinhos e particularistas. Diante da crise econômica – legado da autocracia burguesa bonapartista –, os proprietários apresentavam-se divididos politicamente. Isto porque

Em 89, sem projeto nacional e carentes de qualquer programa político, acovardados diante das candidaturas de Leonel Brizola e Luiz Inácio da Silva, enveredaram pela calha de suas piores inclinações, arrematando um pacto conservador temerário em redor de Collor de Mello, na presunção de que retinham seus cordéis e os moveriam a seu bel-prazer.⁵⁴

Naquela ocasião, uma confluência eleitoral à esquerda do capital seria a estratégia concreta mais plausível, por meio de um movimento democrático de massas, para a ruptura definitiva da dominação autocrático-burguesa. Não pelo *corte socialista*, decerto. Pronto, o capital coletivo/não-social do Leste europeu também implodia. A transição impossível desfazia-se aceleradamente. Aqui, as esquerdas sem programa, sem unidade, sem nada, ensejaram a vitória do “filhote da ditadura”. E, assim, pôs em xeque não só as oposições, mas também, as “teorias” da *Analítica Paulista*. Com a vitória de Collor de Mello,

(...) a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro (...). A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de 30 anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de um quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já não terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam. É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.⁵⁵

Com o derribamento da candidatura oposicionista, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, consumava-se o processo da *auto-reforma* da autocracia burguesa, previamente traçada e regimentalmente seguida no cronograma militar da transição pelo alto. O regime instaurado a partir de 1964, “o crime erigido sob a forma de lei”, não foi abatido por um amplo movimento de massas, articulado num projeto econômico alternativo da perspectiva do trabalho, porém – e esta foi sua grande vitória –, manteve em seus traços gerais a forma particular da organização produtiva subordinada e induzida de fora. Do golpe de 1964 até a instauração da “Nova República” – com o referendo do nome de Tancredo Neves, pela via indireta, num Colégio Eleitoral, e a consagração de um aventureiro no poder, em 1989 –, transitou-se de uma *forma bonapartista* para uma *autocracia burguesa institucionalizada*. Reafirmava-se o velho ardil do *politicismo burguês*, no desarme da oposição para o enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no “aprimoramento das instituições”. Tudo consoante o estratagema do capital atrofico, que impõe limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais e o trânsito para uma forma de metabolismo social da perspectiva do trabalho.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Professor-doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e do Colegiado de Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André.

¹ Em *Conversando com Lukács* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 42), o filósofo húngaro sustenta que, mesmo no caso dos fenômenos ideológicos, “a verdade é concreta”. Os complexos categoriais são modos de ser, formas e determinações da existência. O pressuposto ontológico reside no traço determi-

nativo de que “atividade ideal é atividade social” (Marx). As formas de consciência, as representações ideológicas, as idéias, não possuem história imanente, pois são resultados da interatividade humano-societária, já que os indivíduos concretos são seres ativos, históricos, sensíveis, carentes, que atuam de modo consciente e, dessa maneira, constroem os problemas cujas respostas se encontram na própria realidade histórico-social.

² Elio Gaspari, após 18 anos de pesquisa, prevendo acrescentar mais dois volumes (o que totalizaria cinco livros) num projeto seminal, salienta que “há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram nos 21 anos de regime militar. O que eu queria contar era a história do estratagema que marcou suas vidas. Fizeram a ditadura e acabaram com ela” (GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 20).

³ Conforme D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. e CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. 2 ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 155.

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 2 ed. São Paulo, Ática, 1987, pp. 66-7. Há que grifar o “até agora”, haja vista que o autor tem feito revisões bem mais nuançadas de sua posição anterior.

⁵ Caio Navarro de Toledo destaca, nesta linha revisionista, uma ala liberal-democrática em nossa academia: “Numa entrevista, Marco Villa afirmou existir uma identidade política entre esses agentes: o que unia ‘ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por (sic) golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango (...) tanto é assim que veio o golpe’. Num artigo, o autor opinou que a democracia, no pré-64, tinha muitos inimigos, sendo ‘atacada por todos os flancos’; ‘vivendo aos trambolhões’, acabou sendo destruída. Para Villa, o que deve ser destacado na conjuntura de 1964 foi a ação destrutiva de várias forças, pouco comprometidas com os “valores democráticos” (...). Nesta perspectiva analítica, não caberia, pois, privilegiar o fato de que agentes políticos, bem concretos e definidos, não hesitaram em colocar soldados e tanques nas ruas para suprimir a democracia política vigente no país.” Cf. TOLEDO, Caio Navarro. As falácias do revisionismo. Os 40 anos do golpe. *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, Revan, n. 19, p. 34, 2004.

⁶ A esquerda, em verdade, tem se submetido continuamente aos construtos subjetivos de matriz liberal. Em sua luta contra a “estetização da política”, no confronto com o nazi-fascismo, Walter Benjamin advertiu que os conceitos da esquerda jamais poderiam servir aos seus inimigos. Certamente, não é o caso de nossos “críticos” de extração liberal-democrática. Ou, como acentuava Balzac, “a crítica hoje só serve para uma única coisa: fazer viver o crítico”. Ver BALZAC, Honoré. *Os jornalistas*. Tradução de João Domenech. Rio de Janeiro, Ediouro, 1999, p. 79.

⁷ Diante da crescente rebeldia popular e da possibilidade de intensificação e ampliação dos movimentos sociais, a direita ibadiana desenhou o mapa dos focos de agitação. Segundo Roberto de Oliveira Campos, “A inquietação na área rural brasileira tornava a discussão cada vez mais passional. Brizola desfaldava, no Rio Grande do Sul, a bandeira das desapropriações. No Nordeste, surgira o movimento protomarxista das Ligas Camponesas, de Francisco Julião; a área era particularmente explosiva por causa da confrontação entre os minifúndios do agreste e os latifúndios canavieiros do litoral. Em Minas Gerais, o agitador popular Chicão promovia motins contra os latifundiários e o movimento tinha repercussões no Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. A própria Igreja Católica estava dividida, com tonalidades mais conservadoras no Sul e mais radicais no Nordeste, onde D. Hélder Câmara fazia a pregação da ‘justiça no campo’”. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro, Topbook, 1994, p. 686.

⁸ MARINI, Ruy Mauro. “Contradições e Conflitos no Brasil Contemporâneo”. *Revista Teoria e Prática* 3. São Paulo, s/ed., 1968, p. 45.

⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 259. Ainda que não desenvolva o conceito de bonapartismo para o regime e não problematize o de “populismo”, Dreifuss assinala que “O novo Estado estabelecido em 1964 agiu não

só em nome do bloco do poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo Ipes. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo Ipes, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo em que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. Em suma, o Ipes representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco” (p. 488).

¹⁰ Sobre a política imperialista de J. F. Kennedy, ver BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. 2 ed. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 139.

¹¹ Mais ainda: em seu arremate argumentativo, Jacob Gorender salienta que, “Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com idéias de impacto internacional nos anos 60. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável. O que está demonstrado. A esquerda brasileira de inspiração marxista só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que o fizesse” (GORENDER, op. cit., pp. 249-50).

¹² PASSARINHO, Jarbas. *Um intelectual híbrido*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1996, p. 308.

¹³ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record, 2004, pp. 384-385.

¹⁴ A expressão *Analítica Paulista* foi cunhada por J. Chasin ao se referir à produção sociológica e filosófica paulista. A expressão remete, mais precisamente, a um edifício teórico armado a partir do Seminário Marx – estudos sobre *O Capital* iniciados em 1958 –, proposto por J. A. Giannotti e do qual participaram Fernando Henrique Cardoso, Fernando A. Novais e Paul Singer, entre outros. Esta produção intelectual planta uma espécie de “marxismo adstringido” que se converte num ecletismo metodológico impregnado de perspectiva fenomenológica e tipologias weberianas de posição assumidamente social-democrata. Abarca um conjunto de teorias que marcaram as reflexões (e continuam a marcar) de nossa academia: teorias do populismo, do autoritarismo, da dependência e da marginalidade. Este *corpus* ficou um pouco abalado após a dissidência da *Analítica* ter se voltado contra a gestão FHC e seus pífios resultados – todavia, sem o enfrentamento adequado. O principal crítico da *Analítica* assinalou a adstrição indevida com “Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de *lógica* ou *método analítico* e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou *do trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *télos*, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação”. Cf. CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, t. III, p. 7, 2000. Grifos nossos.

¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993, p. 66. Cardoso chama a atenção para a finalidade e as conseqüências dessa centralização: “as metas de intensificar a centralização administrativa e de paralisar o protesto social, ajudaram a tornar o aparelho estatal mais eficaz administrativamente e, ao mesmo tempo, mais repressor. O desmantelamento das organizações de classe dos assalariados e a ‘tranqüilidade política’ obtidas com a repressão facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada” (p. 67).

¹⁶ ENGELS apud ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. Campinas/São Paulo, Ed. Unicamp/Ensaio, 1985, p. 116. Sobre este tema, ver RAGO FILHO, A. “Sob este signo vencerás!” A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos AEL. Tempo de ditadura*, v. 8, n. 14/15, pp. 167-168, 2001.

¹⁷ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. UFRJ/Edusp, 2004, p. 123.

¹⁸ MARX apud GALVÃO, Luiz Alfredo. *Capital ou Estado?* São Paulo, Cortez, 1984, p. 123.

¹⁹ TROTSKY, Leon. “Bonapartismo e fascismo”. In: *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Trad. Mario Pedrosa. São Paulo, Livraria Editora de C. Humanas, 1979, p. 280.

²⁰ No seguimento das políticas expansionistas do pós Segunda Guerra Mundial, nos inícios da guerra fria, Sérgio Buarque de Holanda inscreveu com clarividência, nas páginas do jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1949, que “Mais do que em qualquer época da história, as divergências políticas de nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de idéias”. Ver “Os problemas da democracia mundial”. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 21. Com a derrubada do muro de Berlim, a restauração do capital privado em face da falência das sociedades pós-revolucionárias no Leste europeu, J. Chasin especifica a marca do novo tempo: “A dissociação entre fato e consciência é a marca geral e profunda do conjunto de todos os processos societários na atualidade. (...) Assim, o mundo em curso se apresenta como uma vasta usina do falso”. Ver CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André, Ad Hominem, 2000, p. 178.

²¹ CHASIN, J. A miséria da República dos cruzados. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 15/16, p. 10, 1986.

²² As duas facções principais do bonapartismo se dividiram, *grosso modo*, no grupo castelista ou “Sorbonne” e a “linha-dura”, os “radicais, mas sinceros”, na expressão de Geisel. Todavia, como adverte com propriedade Carlos FICO, na obra intitulada *Como eles agiam* (Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 23), ao perscrutar os subterrâneos da ditadura militar: “Não se pode falar do papel dos militares genericamente, pois existiam diferenças significativas entre os que apoiavam e/ou integravam o sistema de informações e de segurança, que sempre queriam mais punições e vida longa para a ditadura, e os demais. É preciso notar, para além da já consolidada percepção da diferença entre ‘moderados’ e ‘duros’, que havia matizes internos a essas correntes, sendo de algum modo restritivo pensar-se apenas nos dois grupos. Evidentemente, nem todo militar da linha-dura atuou, efetivamente, nos sistemas de segurança e de informações”.

²³ É exemplar a crítica aos empresários locais manifestada por Ernesto Geisel em entrevista concedida a D’Araujo et al. De sua parte, o talentoso Francisco de Oliveira identificou seus representantes mais prestativos: “O regime militar não tratou a burguesia corporativisticamente, mas a influência desta nas elaborações da política econômica foi bastante clara no período Castelo Branco e no dos generais Médici e Baptista Figueiredo, e menos aberta no consulado Geisel. Mas de qualquer modo havia suficientes canais pelos quais a burguesia influenciava a política econômica e, sobretudo com os ministros Campos-Bulhões e Delfim Netto, essa influência era escandalosa”. Ver OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico – a redundância autoritária”. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, M. e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Edusc, 2004, p. 120.

²⁴ Estas idéias foram amplamente desenvolvidas em meu trabalho *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese de doutorado em História Social apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em história da PUC-SP, São Paulo. Ver, ainda, RAGO FILHO, A. “Sob este Signo Vencerás!”, op. cit.

²⁵ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Entrevista à *Revista Veja*, 16 maio 1984. A revelação das fitas gravadas por Geisel retira deste a farsa do desconhecimento do que ocorria nos porões da ditadura. Em sua obra

A ditadura derrotada, Elio Gaspari desnuda de modo irrefutável os diálogos da ciência do extermínio: “Em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política. (...) É improvável que Geisel só tenha tratado da matança nas duas conversas registradas, com Pedrozo e Dale Coutinho. Não se conhecem as conversas entre ele e seu irmão Orlando. Sabe-se que no início do governo convocou uma reunião em que o general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE, contou, no mínimo, o que a tropa vinha fazendo no Araguaia. Ao defender a permanência de *Miltinho* na chefia do CIE, *é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio*”. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 387-388. Grifos nossos.

²⁶ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Discursos presidenciais*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 166.

²⁷ Apud D’ARAUJO e CASTRO, op. cit., pp. 223-225.

²⁸ GEISEL apud id., *ibid.*, p. 215.

²⁹ FERREIRA, Oliveiros S. Revisitando a *Geopolítica do Brasil*. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Cultura n. 158, 15 jul. 1981.

³⁰ Segundo Darcy Ribeiro: “É também o caso da *industrialização recolonizadora*, promovida por corporações internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um *empresariado gerencial*, sem compromissos outros que não seja o lucro a remeter a seus patrões. Estes se fazem pagar a preços extorsivos, onerando o produto do trabalho nacional com enormes contas de lucros e regalias. *Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem, em lugar de aplicá-lo aqui. De fato, ele se multiplica é no estrangeiro*”. Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 250. Grifos nossos.

³¹ Id., *ibid.*, pp. 251-261. Grifos nossos.

³² Em sua crítica marxista, J. Chasin especifica este traço ontológico: “Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, *a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica*, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução nacional*”. Cf. CHASIN, J. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: op. cit., p. 221. Grifos nossos. Publicado originalmente em *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 17/18, p. 49, 1989.

³³ Ver CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro*, op. cit., pp. 50-82.

³⁴ O líder sindical, o primeiro na história brasileira a presidir assembleias que ultrapassavam a órbita de cem mil trabalhadores, acentua ainda que: “O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação”. SILVA, Luiz Inácio da. “A greve na voz dos trabalhadores”. In: *História Imediata 2*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, p. 56.

³⁵ A imprensa operária, na voz do destemido “João Ferrador” tentava resistir: “Cassetetes, bombas de todo os tipos, carros blindados, policiais armados, escudo, capacetes, helicópteros. Eles vieram com tudo para nos reprimir e tentar impedir a qualquer custo que realizássemos assembleia na Igreja Matriz, na segunda-feira. Mesmo assim, nós fizemos a Assembleia. E não adianta eles virem nos reprimir, espancar, ferir e prender mais companheiros. Sabemos que tudo isso nos dá mais força ainda para continuar lutando.

Continuamos cada vez mais firmes e sabemos que só assim vamos conseguir que atendam a nossas reivindicações, libertem nossos presos e devolvam o nosso Sindicato”. Ver *ABCD Jornal*, n. 63, São Bernardo do Campo, 7 maio 1980. Citado em SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “Novo Sindicalismo”*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, 2003, p. 179.

³⁶ CHASIN, J. “As máquinas param, germina a democracia!”. *Revista Escrita/Ensaio* 7. São Paulo, Escrita, 1980, p. 121. O filósofo marxista foi um dos poucos a constatar, à época, esta dimensão ontológica, especificando que: “Ademais, as greves não resultaram apenas na liquidação prática da lei antigreve. Elas abriram fogo cerrado contra o arrocho, já que arrancaram vitórias ponderáveis e estimulantes neste campo, perspectivaram a inviabilidade da política salarial do sistema e puseram no horizonte a queda da política econômica vigente”.

³⁷ O general e seus consortes conseguiram manobrar e conciliar no caso da Lei da Anistia. Segundo Daniel Aarão Reis: “Os partidários da ditadura responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento acreditaram. Com base nessa tese (‘se houve uma *guerra*, os dois lados devem ser considerados’), foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que os torturadores foram anistiados com os torturados.” Ver REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 70.

³⁸ CHASIN, “As máquinas param...”, op. cit., p. 116.

³⁹ CHASIN, “A sucessão na crise...”, op. cit., p. 223.

⁴⁰ Roberto Campos, em suas memórias, deixou-nos devidamente comprovada a mágica da subtração: “Longe de revelar indiferença social, a fórmula de *contenção salarial* do governo Castelo Branco era em si *eminentemente racional*. Abandonava-se a tradicional recomposição dos salários pelo ‘pico’ – rapidamente corroído pela inflação – em favor da *recomposição* do salário real dos últimos 24 meses, que foi o que a economia realmente pôde dar ao assalariado”. Cf. CAMPOS, op. cit., p. 630. Grifos nossos.

⁴¹ Num tempo em que não emergia uma propositura alternativa da perspectiva do trabalho, J. Chasin, o formulador da teoria da via colonial, revelava o mecanismo da autofagia econômica: haja vista que “quanto mais produzia para a privilegiada faixa do mercado interno e exportava subsidiadamente, tanto mais era obrigado a ampliar as importações. De forma que a balança comercial, não considerando abstratamente momentos isolados, mostrou-se cronicamente deficitária. Progressivamente, como consequência, foi se avolumando a dívida externa, passando esta a ser, crescentemente, nova e decisiva fonte de renovados empréstimos, na medida em que amortizações e serviços da dívida vão, ano após ano, levando inexoravelmente ao sufocamento.” Ver “As máquinas param...”, op. cit., pp. 85-86.

⁴² Há que atentar para isto. Alguns intelectuais sempre se dispõem a completar esta “lacuna de Marx”: a ausência de reflexão sobre as formas do poder operário. Mas tal ausência não constitui uma “lacuna”. A posição marxiana, desvendando pela raiz a esfera da politicidade, esclarece sua origem e expõe sua natureza *ontonegativa*, “precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo percurso de sua pré-história”. Cf. CHASIN, J. “Estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: *Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 368.

⁴³ Ver CHASIN, J. “A determinação ontonegativa da politicidade”, op. cit. Estas citações encontram-se, também, em RAGO FILHO, A. *Sob este signo vencerás!...*, op. cit., p. 158.

⁴⁴ A posição marxiana, frisa J. Chasin, “reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera socioeconômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social”. Cf. CHASIN, J. *Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista*. *Revista Ensaio Ad Hominem*. São Paulo, Ad Hominem, n. 1, t. I: marxismo, p. 18, 1999.

⁴⁵ Há que recordar que esta crítica está centrada nas formulações politicistas de Fernando Henrique Cardoso. Cf. id., *ibid.*, p. 18.

⁴⁶ CHASIN, J. “Hasta Cuando”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 124.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p.127. Publicado originalmente na *Revista Escrita Ensaio 10*. São Paulo: Ensaio, 1982, p. 10.

⁴⁸ MARX apud CHASIN, “Marx – Estatuto ontológico...”, op. cit., p. 382.

⁴⁹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor*. Campinas, SP, Papyrus, 1994, p. 70.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 84.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 71.

⁵² CARDOSO apud MOTA, Lourenço Dantas. *A Nova república: o nome e a coisa*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 61-62.

⁵³ PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 23-24.

⁵⁴ CHASIN, J. “A resistência ao neoliberalismo”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 290. Publicado originalmente em *O mundo hoje 93*. São Paulo, Ensaio, 1994, p. 84.

⁵⁵ CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 287.